

## PROJETO DE VOTO DE PROTESTO N.º 619/XIV/2.<sup>a</sup>

### PELA DECLARAÇÃO DE NEUTRALIDADE DO GOVERNO PORTUGUÊS RELATIVAMENTE À APROVAÇÃO DE UM PACOTE LEGISLATIVO QUE VIOLA OS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQI+ NA HUNGRIA

O Parlamento Húngaro aprovou um pacote legislativo que discrimina as pessoas com base na sua orientação sexual, em clara violação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, do Tratado de Lisboa, da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Uma semana depois deste ato intolerável por parte do regime de Viktor Orbán, foi tornada pública a informação de que o Governo Português recusou assinar uma carta subscrita por 13 Estados-Membros da U. E., na qual é expressa uma “profunda preocupação quanto à adoção, pelo Parlamento Húngaro, de legislação discriminatória em relação às pessoas LGBTQI+”, instando a Comissão Europeia a “utilizar todos os instrumentos à sua disposição para garantir o pleno respeito do direito europeu”.

Segundo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, o Governo Português tomou tal decisão por presidir o Conselho da U. E., qualidade esta que o vincularia a um alegado “dever de neutralidade”. Esta posição é inaceitável pois presidência do Conselho não inibe nem limita qualquer Estado de votar segundo os princípios que entende justos. Pelo contrário, o Estado que ocupe o lugar de Presidência do Conselho da U.E. tem uma responsabilidade acrescida de cumprir e fazer cumprir os princípios que a regem.

Assumir uma posição de neutralidade perante um pacote legislativo que viola os direitos das/dos cidadãs/ãos europeus é posicionar-se do lado de quem pretende violar esses direitos.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu mais veemente protesto contra a declaração de neutralidade assumida pelo Governo Português relativamente à aprovação de um pacote legislativo na Hungria que restringe os direitos e ofende a dignidade das pessoas LGBTQI+, instando o Governo Português a reverter a sua posição o quanto antes.

Assembleia da República, 24 de junho de 2021.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Fabiola Cardoso; Pedro Filipe Soares; Mariana Mortágua; Jorge Costa; Alexandra Vieira;  
Beatriz Dias; Diana Santos; Isabel Pires; Joana Mortágua; João Vasconcelos;  
José Manuel Pureza; José Maria Cardoso; José Soeiro; Luís Monteiro; Maria Manuel Rola;  
Moisés Ferreira; Nelson Peralta; Ricardo Vicente; Catarina Martins